UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 45 R

A classificação de documentos corresponde a uma sequência de operações que, de acordo com a estrutura, atividade e função do órgão produtor vira distribuir os documentos em classes, conforme lembra Bellotto e Camargo (2012).

Enquanto, na visão de Sousa (2006), a partir de uma revisão de literatura feita, compreende a classificação como uma atividade intelectual do arquivista. Já Schellenberg (2006) frisa que a classificação possibilita a localização dos documentos, consequentemente ~~possibilitando~~ contribuindo para o acesso.

Na visão de Schmidt (2015), a classificação é ~~uma~~ uma atividade matricial dos arquivos/da ~~a~~ Arquivologia. É uma função que se estabelece as relações orgânicas entre os documentos. Anos mais tarde, esta autora, ~~f~~ baseada em Heredia Herrera, que, ao falar em classificação, precisamos compreender a existência de seus diferentes formas, sendo: 1) Classificação de arquivos; 2) Classificação de documentos de arquivo; 3) Classificação de instituições; ~~as~~ 4) Classificação de fundos de arquivo. (Schmidt, 2024). Dessa maneira, o objetivo deste texto é apresentar debates sobre a classificação de documentos de arquivo a partir da perspectiva funcional. ~~Compreender~~ Com o intuito de compreender seus conceitos, e efeitos sobre o processo de avaliação, bem como de recuperação e acesso aos documentos arquivísticos. Para isso, ~~com~~ busca-se compreender as etapas que a classificação passou, o contexto sócio-histórico e a abordagem dos autores.

Em primeiro momento, citaremos os autores que se dedicaram ao debate sobre a classificação de documentos, sendo: Bellotto e Camargo (2012), no dicionário de terminologia arquivística, Sousa (2006), Schellenberg (2006), Schmidt (2015a), Schmidt (2024), Lehmkuhl (2021), Schmidt (2015b) e dentre outros autores que serão ~~citados~~ trabalhados ao longo do texto.

Lehmkuhl (2021) ressalta que as funções arquivísticas advém da arquivística integrada, corrente essa que se consolidou no Canadá, na Década de 1990, ao compreender que ~~os Arquivos~~ os arquivos não devem ser separados por etapas como aconteceu na corrente records management, nos Estados Unidos. Tal corrente é encabeçada por autores como: Carol Couture e Rousseau. que, nos anos de 1994, publicaram uma obra denominada: Fundamentos da Disciplina Arquivística e

EM BRANCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 4SR

que designam como função: 1) criação, 2) Avaliação, 3) Classificação, 4) conservação 5) descrição, 6) difusão, e 7) aquisição. tal obra foi traduzida para o português de Portugal em 1998 e teve grande repercussão no Brasil, como lembra a autora.

Contudo, a classificação de documentos existe desde os primeiros registros como afirma Schellenberg (2006) e, consequentemente, passou por fases, como salienta Souza (2006), sendo: 1) Antiguidade até o século XIX e 2) XIX aos dias de hoje. Para o autor, o ponto alto dessa função pode ser compreendido com a Instrução n.14, de 1841, que estabeleceu o princípio de respeito aos fundos / proveniência.

Já Schmidt (2015a), embasada em Bremeke, afirma que as fases que a classificação de documentos pode ser vislumbrada a partir de: 1) XVI - XVIII - Prático indutivo no qual as classificações se baseavam em uma perspectiva técnica; 2) XVII - XVIII - teórico dedutivo. a classificação era realizada de maneira racional em decorrência do cenário iluminista; 3) XIX - Princípio de respeito aos fundos como um marco modificando a maneira de se pensar na classificação de documentos. Nesse cenário, Souza (2006) frisa que, além desse princípio, temos o início das primeiras escolas de Arquivologia e a sistematização teórica da classificação, de uma maneira não se repete ao que é abordado com o princípio de proveniência, com a publicação da obra De Re Diplomática de Jean Mabilon, na qual o autor destaca partes finais da obra ao abordar a classificação.

Schmidt (2024) também realizou uma outra sistematização da classificação de documentos, baseando-se em Montejo Unial, ao afirmar, de maneira similar aos debates trazidos por autores como Souza (2006) e ela própria em 2015, ao que a classificação de documentos pode ser dividida em quatro períodos, sendo 1) Antiguidade. XIX - a classificação se baseava em um enciclopedismo ilustrado, ou seja, por temas e baseada na Biblioteconomia. Ademais, como lembra Souza (2006) a classificação de documentos arquívicos seguia uma lógica e um contexto do que estava ocorrendo na Zoologia, Botânica e Química. Isso significa dizer que era preciso classificar para localizar, ~~no entanto, a identificação~~. 2) XIX - 1945 - Ainda que a organização dos documentos,

Folha nº: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 45R

em alguns países, se baseava no produtor, como lembra Lodolini (1993) ao citar que, na Dinamarca, os documentos eram organizados por produtores, no entanto, foi na França que o princípio de respeito aos fundos foi sistematizado e o que, antes da Revolução Francesa, era armazenado por temas, a Resolução nº 14 previu a sistematização da produção e da origem do documento para facilitar, sobretudo o acesso derivado do processo revolucionário francês. Além disso, antes da Revolução Francesa a características da guarda de documentos era a descentralização e com a Revolução houve a criação do Arquivo Nacional Francês, o reconhecimento do Estado com relação à preservação da memória nacional e o direito ao acesso em decorrência da publicação do Direito do Homem e do Cidadão (Pomer, 2013).

Ainda a respeito do segundo período, Cougo Júnior (2018) aponta que com o princípio de respeito aos fundos (Instrução n 14/1841) estabeleceu-se a necessidade de reunir os documentos por fundos; 2º classificar os documentos pela origem/produtor; 3) ordenar por matéria. Para o autor, a função classificação e a ordenação foram destacadas nesta instrução. Ademais, Schmidt (2015a) frisa que, na Prússia, o princípio da ordem original foi estabelecido, mas sendo muito usual em países germânicos. Vale pontuar ainda que, no fim do século XIX, temos a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Documentos, conhecido como Manual dos Arquivistas Holandeses. Tal manual sistematizou a necessidade dos documentos serem sistematizados pelo produtor. Para Schmidt (2015b), este trabalho insere a Arquivologia enquanto área do saber e apenas com a 2º Guerra mundial que temos uma nova discussão sobre a classificação e, consequentemente, avaliação, compreendidas como indissociáveis.

No que se refere ao terceiro período, Schmidt (2024) pontua que, em decorrência de debates, comissões e aumento da produção documental, a classificação é repensada por meio de Schellenberg, que sistematiza tais debates que estavam ocorrendo à época, como, por exemplo de Philip Brooks ao trabalhar a valoração dos documentos e que Schellenberg (2006) distingue de valor primário e secundário (Nascimento, 2022). No entanto, esse autor irá debater a classificação a partir de três eixos: a) ação - os documentos devem ser classificados

Folha nº: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 4SR

pelas funções e atividades que correspondem; b) estrutura - os documentos devem ser classificados pela estrutura da organização produtora, mas, para a autora, essa classificação é recomendável em governos estáveis. Um bom exemplo dessa classificação seria se adotássemos no cenário da Administração pública federal em que, dependendo do governo, ministérios deixam de existir e depois são recriados. Tal ação seria um problema se adotássemos a classificação de documentos por estrutura; Por último, mas não menos importante seria a c) classificação por assunto no qual o autor fixa e estabelece que deve ocorrer apenas em material de referência. Vale lembrar ainda que este período citado por Schmidt (2024) corresponde a 1945 - 1980.

Quanto ao último período estabelecido por Schmidt (2024), que vai dos anos de 1980 até os dias atuais, a autora aborda a escola Espanhola que pôde como destaque autores como Pedro López e Heredia Herrera na Espanha. Já no Brasil a Heloísa Bellotto que revolucionou ao trabalhar com o conceito de espécie documental. O último período há debates sobre a identificação arquivística e a classificação baseada em quadros orgânicos funcionais em que se identifica a função, competências e atividades a partir do contexto documental. Segundo Schmidt (2015), ao investigar as formadas de Arquivos Municipais de Madrid, durante o período de 1982 a 1987, perceberam que os temas mais debatidos correspondia a identificação, classificação e avaliação de documentos. Anos depois, o grupo de trabalho de Madrid publicou o manual de Identificação de ~~tipos documentais~~ tipos Documentais.

Vale apontar que o quarto período estabelecido por Schmidt (2024) corresponde a debates iniciais trazidos por Paola Carucci, na Itália, ao organizar os documentos da burocracia italiana utilizando métodos da Diplomática e os debates de Luciana Duranti, ao elaborar uma série de artigos sobre os novos usos da Diplomática (Novos usos para um velho conceito). Esses debates se inserem no que se conhece como Diplomática Contemporânea / Arquivística.

Quanto ao cenário Brasileiro, Schmidt (2024) aponta que a classificação pode ser reconhecida desde a década de 1930 em alguns setores, mas, seguindo correntes norte-americanas, uma vez que, na ~~década~~ década de 1930, foi criado o Departamento Administrativo do serviço Público que criou um centro de documentação

Folha nº: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 45R

realizou concurso para Arquivologista (o que conhecemos como arquivista em nível universitário), arquivista (o que conhecemos como técnico de arquivo) e possibilitou que alguns de seus funcionários fossem estudar em outros países, consequentemente, em decorrência do contexto político da época, muitos funcionários estudaram nos Estados Unidos e trouxe uma abordagem da classificação estrutural / assunto.

No entanto, nos anos de 1980, há uma investida em debates sobre a classificação orgânica funcional em decorrência dos problemas apresentados na primeira opção apresentada. Grupos de trabalho são criados no Arquivo Nacional com a ascensão de Celina Vianna como diretora. Dessa maneira, a identificação passou a fazer, de certa maneira, parte da identificação de fundos internos e externos do Arquivo Nacional. Além disso, no cenário Norte-Americano, há uma divisão entre os arquivistas e os gestores de documentos o que, de certa forma, reflete no que entendemos por arranjo (arquivos permanentes) e classificação (arquivos correntes e intermediários). Entretanto, Souza (2006) e Schmidt (2013 a) defendem que, no cenário atual e do advento dos documentos digitais, é necessário que se compreenda a classificação de documentos a partir da ideia orgânica-funcional e sem distinção, uma vez que, os arquivos bem classificados, ao chegar nos arquivos permanentes, sua classificação de origem poderá nortear os arquivistas e pesquisadores para o contexto de produção e as relações orgânicas que os documentos possuem.

Ainda no cenário brasileiro, com a promulgação da Lei nº 8.159/1991, estabeleceu-se o modelo de gestão de documentos, definida pelas fases que os documentos passam. Assim, é necessário que os documentos sejam classificados desde a produção dos documentos, como defende a Escola Espanhola com a abordagem da identificação. Consequentemente, no ato da produção ocorrendo a classificação a temporalidade estática associada, dado que essas duas funções devem ser indissociáveis como lembra Indolfo (2013).

Soma-se ao marco legal ressaltado a defesa e o respeito aos três entes da federação no que se refere a gestão de documentos. Nesse sentido, caberá aos Estados, município e âmbito federal elaborarem suas tabelas de classificação e Comissões Interdisciplinares de Avaliação de Documentos. No âmbito Federal,

Folha nº: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 45 R

com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), criado pela Lei 8.159/1991, com o objetivo de definir a política nacional de arquivos, após sua reorganização, o Conarq publicou uma série de resoluções, dentre elas, a Resolução que ~~trata~~ cria o Código de Classificação da Atividade-meio. Tal código é debatido e questionado em nível acadêmico, como, por exemplo, autores como Schmidt e Sousa que defendem a classificação funcional, porque, a partir da classificação dos documentos vislumbrando as competências, as funções e as atividades conseguimos compreender o contexto do documento e, consequentemente, ~~não ficaremos inquietos arquivísticos~~ a classificação funcional não será baseada em estrutura e com a mudança governamental toda atividade intelectual do arquivista será desfeita.

No cenário atual, com os debates e mudanças tecnológicas advindas, precisa-se vislumbrar um sistema ~~de gestão~~ informatizado de gestão de documentos que ~~[illegible]~~ ~~classificação~~, ~~[illegible]~~ possua acoplado plano de classificação, tabela de temporalidade, possibilidade para a recuperação da informação e, sobretudo, que realize ~~o uso~~ transferência e recolhimento para um repositório arquivístico confiável (Flores, Rocco e Costa, 2016).

Dessa maneira, a classificação de documentos funcional estabelece uma garantia de contexto e uma possibilidade de acesso ao compararmos com outras fases que a classificação passou como a estabelecida por Schmidt (2024), primeiramente a primeira fase que se baseava no método temático dificultando e impossibilitando o acesso aos documentos, além da influência da classificação adotada a partir de Dewey estabelecida, em um primeiro momento, ~~no~~ em uma empresa fênix no século XIX. Obviamente, não podemos e devemos esquecer ou até mesmo negligenciar a importância que esses debates trouxeram sobre a classificação de documentos, mas como uma função ~~e~~ ~~vi~~ e compreendida como uma abordagem teórica é ~~[illegible]~~ importante a reflexão.

O objetivo deste texto foi abordar ~~o comitê sobre classificação~~ debates sobre a classificação de documentos a partir da perspectiva funcional, para isso, buscou-se o conceito de classificação compreendida como atividade material e intelectual do arquivista e que pode se basear na ação, estrutura e assunto, como lembra Schellenberg (2006). A classificação de documentos a partir da abordagem

Folha nº: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: TSR

da ação se vincula ao aspecto da classificação funcional, assim como os debates trazidos pela escola espanhola abordada por Heredia Herrera e outros. Quanto ao aspecto da classificação de documentos e os efeitos na avaliação, compreendemos que são funções ~~[illegible]~~ inseparadas, como lembra Indolfo (2013). É necessário a classificação para, consequentemente, vislumbrar a sua temporalidade. Já o acervo e a recuperação de documentos, Schellenberg (2006) afirma que a classificação de documentos é indispensável para a localização, se verificarmos os princípios estabelecidos por Schmidt (2024), percebemos a complexidade da localização por matérias (temas, ~~atividade~~ e procedimentos) usados antes da Revolução Francesa.

Por fim, percebemos em Souza (2023) o cenário da administração pública federal ~~no~~ brasileira no qual documentos são acumulados e não classificados, impossibilitando, assim, a avaliação. Este autor frisa que sistemas eletrônicos ~~de~~ de documentos são implementados sem considerar a necessidade de um plano de classificação e de uma tabela de temporalidade, o resultado, portanto, poderá ser um colapso de armazenamento físico e digital.

EM BRANCO